

EDUCAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

META

Discutir as desigualdades estruturadas no universo escolar.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

entender os processos de desigualdades vigentes na sociedade contemporânea; visualizar os modelos teóricos que interpretam a estratificação social; alisar o espaço escolar como um universo estratificado.

PRÉ-REQUISITOS

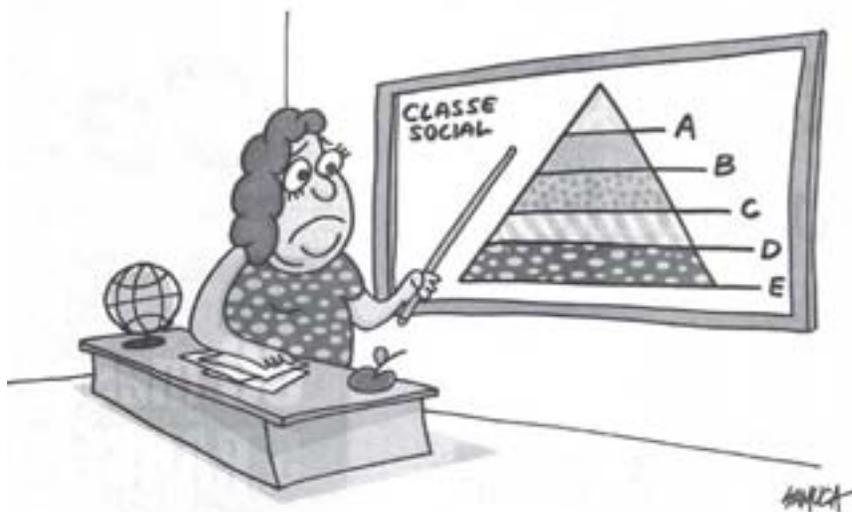
Domínio dos conceitos de socialização, cultura, papéis sociais, instituições e estratificação social.



Estratificação social (Fonte: <http://sagaz.files.wordpress.com>).

INTRODUÇÃO

No final de 2007 atuei como consultor para o Ministério da Educação na elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), projeto que define estratégias para que os municípios aumentassem o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB). Dentre as ações previstas está a capacitação dos professores para atuarem a partir da Lei 10.639/2003. Essa estabelece que todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. Entretanto, numa das cidades visitadas, umas das professoras na reunião de elaboração do PAR questionou-me sobre a existência de preconceitos na escola. Ressaltou, inclusive, que na sua “longa” experiência docente nunca havia presenciado práticas de desigualdade na escola, sobretudo no seu município. Deste modo, a Lei 10.639/2003 e o curso de formação continuada proposto pelo MEC não tinham sentido quanto sua existência. Essa visão assenta-se na idéia da igualdade e do direito de todos à Educação e à escola. Porém, será que de fato a escola é um espaço igualitário como propõe esta professora? Será que o universo escolar está à parte dos processos de desigualdades estruturadas vivenciados nos diversos espaços sociais? Nessa aula tentaremos responder tais indagações.



(Fonte: jccavalcanti.wordpress.com).

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL



Acesso desigual aos bens de consumo (Fonte: <http://www.encyclopedia.com>).

Caro aluno ou prezada aluna, será que é muito difícil visualizarmos as desigualdades sociais? Como me disse certa vez um amigo, basta um olhar mais atento pela janela das nossas residências. Basta observarmos esta cena comum nas grandes cidades. Em todas as sociedades complexas o suprimento total dos recursos valorizados é distribuído desigualmente com os indivíduos ou grupos mais privilegiados, desfrutando de um volume desproporcional de propriedade, poder ou prestígio. Deste modo, conceitua-se estratificação como sendo as desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas. Ela pode ser pensada em relação a bens e propriedades, assim como, no tocante a atributos, gênero, idade, afiliação religiosa, posto militar, dentre outros. Ao utilizar este conceito, os sociólogos e demais pesquisadores buscam descrever os processos através dos quais se faz a alocação dos indivíduos em diferentes resultados sociais e revelar os mecanismos institucionais por meio dos quais são geradas e mantidas as desigualdades sociais.

Em linhas gerais são identificados quatro tipos de estratificação social, embora não excludentes em alguns casos. A primeira seria composta pela escravidão, forma extrema de desigualdade na qual alguns indivíduos são literalmente propriedades de outros. Esse sistema foi adotado na Antiguidade e reinventado na Modernidade com a colonização da América. A segunda é constituída pelo sistema de castas, em que se acredita que os indivíduos que não foram fiéis aos rituais e aos deveres de sua casta renascerão em uma posição inferior na próxima encarnação. A Índia é a nação que mais se aproxima do modelo ideal. O terceiro

sistema é o estamental, que consiste na divisão da sociedade em estratos que possuíam diferentes obrigações e direitos entre si. A sociedade feudal representa um dos modelos mais puros, com a divisão social entre nobres e servos. Tanto no segundo quanto no terceiro, o nascimento define a condição social, limitando as possibilidades de ascensão social. Em alguns casos de escravidão o nascimento também define a posição social. O quarto e último sistema é o de classes. Em geral podemos definir uma classe como um agrupamento, em larga escala, de pessoas que compartilham recursos econômicos em comum, os quais influenciam profundamente o tipo de vida que podem levar. A posse de riquezas, juntamente com a profissão, são as bases principais das diferenças de classe. Este sistema é mais mutável, as fronteiras entre as classes não são claras, não existem restrições formais quanto aos casamentos entre pessoas de diferentes grupos sociais. Neste sistema as desigualdades funcionam principalmente por meio de conexões de larga escala com caráter impessoal.

Na obra de Marx a estratificação está em grande parte, embora ele não tenha conseguido oferecer uma análise sistemática do conceito de classe. Porém, este conceito pode ser reconstruído a partir do conjunto de seus escritos. Na concepção de Marx, uma classe é um grupo de pessoas que se encontram em uma relação comum com os meios de produção. Marx delinea a sua visão do capitalismo como uma sociedade na qual a burguesia e o proletariado são classes sociais revolucionárias e antagônicas. Revolucionárias e antagônicas porque enquanto uma instaura o capitalismo, a outra começa a lutar pela destruição do regime no próprio instante em que aparece. Porque aparece alienado no produto do seu trabalho, ao produzir mais-valia, o proletariado lutará para suplantá-la. Porque aparece, desde o princípio, como a classe que se apropria da mais-valia, a burguesia começa a deixar de ser revolucionária na ocasião em que se constitui.



Max Weber

Sociólogo alemão (1864-1920). Influenciou várias gerações de sociólogos no século XX, principalmente nos estudos sobre a racionalidade e o desencantamento ocidental.

O modelo de estratificação social proposto por Max Weber sugere uma multiplicidade de divisões de classe. Esse sociólogo alemão desenvolveu uma visão mais complexa, multidimensional da sociedade. A estratificação social não é simplesmente uma questão de classe, mas é montada por mais dois aspectos: *status* e partido. Tais elementos, que se sobrepõem parcialmente, produzem um número enorme de posições possíveis dentro da sociedade, diferentemente do modelo bipolar mais rígido proposto por Marx. Na ótica weberiana, as divisões de classes originam-se não apenas no controle ou na falta de controle dos meios de produção, mas em diferenças econômicas que não possuem nenhuma relação direta com a propriedade. Tais recursos incluem especialmente as aptidões e as credenciais, ou qualificações, que influenciaram no tipo de emprego que as pessoas são capazes de conseguir. Weber acreditava que a posição de

mercado do indivíduo exerce uma forte influência sobre suas “oportunidades de vida”. Embora Marx acreditasse que as distinções de status fossem resultado das divisões de classe dentro da sociedade, Weber defendia que o status geralmente sofre variações que independem das divisões de classe. A posse de riqueza normalmente tende a conferir um status elevado, mas existem muitas exceções. Os escritos de Weber sobre estratificação social são importantes porque mostram que, além da classe, outras dimensões de estratificação influenciam profundamente a vida das pessoas. Enquanto Marx tentou reduzir a estratificação às divisões de classe exclusivamente, Weber chamou atenção para a interação complexa da classe, do status e do partido enquanto aspectos separados da estratificação social.

Um dos modelos de estratificação mais influentes na contemporaneidade é o do nosso conhecido Pierre Bourdieu. Na sua teoria sociológica, para além das lutas que sucedem no plano material, a luta que se desenvolve entre os diversos grupos sociais assume o caráter de um conflito entre os valores últimos que se materializam através de um estilo de vida baseado na usurpação do prestígio e na dominação que se exerce por intermédio das instituições que dividem entre si o trabalho de dominação simbólica. O espaço social seria então marcado pelos “estilos de vida”, que se constituem unidades de análise requerida pelo estudo dos gostos individuais socialmente condicionados. Ele pode ser relacionado conforme as necessidades do trabalho empírico, seja com o espaço das posições sociais, seja com um subespaço como o dos gostos culinários, o dos objetos vestimentários etc. Sendo um local de disputa, onde os agentes se diferenciam pelo capital simbólico, a noção de diferenciação rompe com a visão marxista ortodoxa de classe. De acordo com Bourdieu, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo simbólico que transmuta os bens em signos. As diferenças se apresentam em distinções significantes em “valores”, privilegiando a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. Em consequência, os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social - por exemplo, a roupa, a linguagem ou a pronúncia e, sobretudo, “as maneiras”, o bom gosto e a cultura - pois aparecem como propriedades essenciais da pessoa, como um ser irredutível ao ter, enfim como uma natureza, mas que é paradoxalmente uma natureza cultivada, uma cultura tornada “natureza”, uma graça e um dom (BOURDIEU, 1998).

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO



A estratificação social dos espaços escolares (Fontes: <http://1.bp.blogspot.com>; <http://www.ufpi.br>).

Como nos demonstra Jean-Louis Derouet o tema das desigualdades ficou ausente do primeiro período da Sociologia da Educação, iniciada por Durkheim no final do século XIX. Seu problema era a criação de uma consciência coletiva. A questão da mobilidade social não era posta (DEROUET, 2002). Isto não quer dizer que os processos de produção das desigualdades sociais não estivessem no cerne das preocupações das Ciências Sociais e aos poucos não tenham causado impacto nas pesquisas no campo da Sociologia da Educação. Inúmeras pesquisas estatísticas, tais como feitas pelos sociólogos norte-americanos, demonstraram como as hierarquias desenhadas pela distribuição dos grupos em categorias ocupacionais podem ocultar diferenças importantes de riqueza e Educação. Na Sociologia da Educação brasileira o tema do sucesso/fracasso escolar foi durante muito tempo abordado principalmente da análise das trajetórias escolares, como na pesquisa realizada por Sueli Presta e Ana Maria F. Almeida, intitulada *Fronteiras imaginadas: experiências educativas e construção das disposições quanto ao futuro por jovens grupos populares médios* (PRESTA; ALMEIDA, 2008). Nas últimas décadas foram cenários de um significativo avanço na produção de dados macrossociais sobre o desempenho escolar dos sistemas de ensino (BRANDÃO, 2008).

No caso do Brasil o cenário é marcado por históricas e profundas desigualdades sócio-raciais. Os segmentos mais abastados têm Educação básica em escolas privadas e cursos pré-vestibulares que lhe garantem melhores condições para o acesso às vagas das universidades públicas, sobretudo nos cursos mais concorridos. Tais desigualdades não estão restritas ao Ensino Superior, mas se estendem desde a Educação infantil até o ensino médio.

Podemos afirmar que em parte as escolas reproduzem o sistema de estratificação porque há uma variação em termos, por exemplo, de qualidade, como nos demonstram os autores do livro *Sociologia: sua bússola para um novo mundo*, quando tratam do ensino público no Brasil:

“...existem diferenças muito grande em relação à riqueza dos municípios e um sistema de financiamento educacional baseado em impostos municipais, o que faz com que a maioria das crianças de regiões pobres freqüente escolas mal equipadas, enquanto aquelas de regiões mais ricas freqüentem escolas com mais recursos. As disparidades existentes na qualidade das escolas no Brasil não se limitam a recursos físicos. As escolas, públicas e privadas, de localidade mais desfavorecidas, inclusive em bairros mais pobres, tendem a ter diversos alunos oriundos de famílias em situação de pobreza, repetentes e com problemas disciplinares, além alto grau de violência” (BRYM, 2006: 417)

Apontam ainda os autores que dependendo do município, as escolas pagam diferenciadamente os professores, além de constarem nos seus quadros de docentes mais ou menos qualificados. Diante deste quadro, os alunos das escolas da rede pública teriam condições menos propícias à aprendizagem do que escolas que tenham menos alunos em situação de pobreza, expostos à violência, com problemas disciplinares e professores mais bem formados. No PAR citado no início desta aula, busca-se extinguir ou, pelo menos, amenizar estas diferenças.

Embora seja a discussão sobre as desigualdades na Educação seja algo muito amplo, poderemos entendê-lo a partir de dois parâmetros. No primeiro enfocaremos a questão do ingresso dos alunos na Universidade Federal de Sergipe a partir dos dados coletados no *Vestibular 2006*. Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), sob a coordenação do professor Frank Marcon, demonstra-se que em Sergipe se constata reprodução nacional de concentração de renda, de oportunidades e de desigualdades raciais. Os resultados apontam fortes co-relações entre condição social e ingresso no ensino superior. A partir dos dados do Censo Escolar de 2005 e 2006, do INEP, observam-se inúmeras distorções entre a imensa maioria dos alunos oriundos da Rede Pública Municipal e Estadual que não chegam à universidade pública, estando sub-representados na mesma, ao contrário dos alunos da escola privada que estavam proporcionalmente super-representados, conforme pode ser constatado no quadro a seguir:

Quadro de Alunos Matriculados no Ensino Médio por Dependência Administrativa (Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2005	90.884	1.386	76.290	2.392	10.816
2006	88.130	1.399	73.705	2.313	10.713

Quando co-relacionamos estes dados com uma breve relação com os alunos inscritos/classificados no vestibular da UFS as desigualdades se evidenciam. De acordo com os dados apontados pela pesquisa, em 2006, 2.759 alunos concluíram o ensino médio na rede privada e 12.652 na rede pública. Porém, dos que ingressaram pela aprovação no vestibular 2006/2007, da UFS, 2.169 alunos eram provenientes de escolas privadas, enquanto ingressaram apenas 1.862 alunos oriundos da escola pública, o que demonstra que a escola privada leva uma desproporcional vantagem no acesso ao Ensino Superior Público no estado de Sergipe, dada à proporção de 1.862 aprovados para 12.902 concluintes do Ensino Médio, provenientes da escola pública estadual e municipal no mesmo ano. A escola pública sequer aprova 15 % (14,43%) dos seus alunos concluintes do Ensino Médio na UFS, enquanto as escolas privadas aprovam quase 90% do seu número de concluintes anual. Como evidenciam os dados, os alunos oriundos do ensino privado têm maiores chances de serem aprovados no ensino superior e público. Isto acaba também representando e reproduzindo maiores desigualdades sócio-econômicas de oportunidades de trabalho e conseqüentemente menores possibilidades de mobilidade social. Os mais atingidos, neste caso, são as populações de baixo poder aquisitivo, principalmente pardos, pretos e indígenas (PAAF, 2008).

As desigualdades se evidenciam também quando abrangem a questão racial em Sergipe. No tocante aos índices de escolarização no ano de 2006 os dados eram alarmantes sobre as desigualdades entre brancos e não-brancos.

Tabela de Escolaridade em Sergipe: Síntese dos Indicadores Sociais de Analfabetismo por Cor/Raça

Ano 2006	Total	Branca	Preta	Parda
Taxa de analfabetismo	19,7	14,9	20,2	21,7
Taxa de analfabetismo funcional acima de 15 anos	33,70	27,0	39,1	36,2
Média dos anos de estudo pessoas maiores de 15 anos	6,0	6,9	5,8	5,6

(Fonte: www.ibge.gov.br).

Em relação ao ensino médio, por raça/cor, em 2005 e 2006, o quadro tem a seguinte configuração.

**Quadro de cor/raça de alunos matriculados
no ensino médio em Sergipe
(Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA)**

Ano	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada
2006	88.130	19.295	8.805	50.864	1.132	528	7.506
2005	90.884	10.791	10.791	46.408	2.050	413	12.819

Nos índices totais de acesso a UFS, pelo vestibular de 2007, foram aprovados 1.384 alunos auto-declarados de cor/raça branca, o que significou um acesso proporcional de 34,34% de brancos, sendo que estes representavam aproximadamente 21,90% dos concludentes do ensino médio naquele ano. Ou seja, 12,44% a mais do que sua proporção entre os concluintes totais no ensino médio em Sergipe.

A partir destes dados, a pesquisa concluiu que na área da Educação havia fortes desigualdades raciais que se acentuavam na mesma medida em que os anos escolares se passam. O percentual de brancos que concluem o ensino médio é 11,4%, enquanto o percentual de pretos e pardos é de 7,1%. As desigualdades raciais são grandes também neste nível de ensino. O que significa que, em resumo, se os negros têm menos ensino médio que os brancos isso tende a piorar no acesso ao ensino superior, mostrando que uma seletividade racial crescente na trajetória educacional que resultará também numa seletividade de desigualdades no acesso a determinadas profissões.

Por fim, o levantamento também apresentou fortes desigualdades com relação à procedência social dos alunos aprovados nos vestibulares da UFS, através dos dados fornecidos pela Comissão Permanente do Vestibular, no ano de 2006 e 2007, através do seu Questionário Sócio-Econômico.

Quadro de procedência escolar dos candidatos/aprovados no Vestibular

Escola	Candidatos	Aprovados	Candidatos	Aprovados
	2007	2007	2008	2008
Pública Municipal	10,94%	9,40%	11,72%	9,32%
Pública Estadual	37,44%	30,29%	38,36%	30,29%
Pública Federal	1,14%	1,98%	0,81%	1,90%
Privada	50,48%	58,32%	49,22%	58,49%

Tabela com base nos dados do questionário sócio-econômico sobre o Ensino Fundamental 2007 e 2008, publicados no sítio da CCV/UFS

A tabela demonstra que a proporção de inscrito/ingresso na UFS, via vestibular, por ano, é aproximadamente 8,5% maior para os alunos provenientes da escola privada. Enquanto os alunos provenientes das escolas públicas municipais e estaduais somadas, em média, registram uma redução no acesso de aproximadamente 9,5% de candidatos aprovados em relação aos inscritos. Sendo que os candidatos provenientes de escolas públicas federais estão proporcionalmente bem representados, já que o índice de aproveitamento entre eles é de quase o dobro do índice na proporção de candidatos. Percebemos que a grande distorção deste quadro se dá na representação social do quadro geral com relação à proveniência de alunos do ensino fundamental oriundos de escola pública estadual e municipal.

Os dados apontados demonstram desigualdades no acesso ao ensino. Entretanto, estas também existem no seu funcionamento. Desde os anos de 1960, numerosos trabalhos tentam fazer um balanço das políticas de democratização. Um dos problemas é que os indicadores se movem junto com o objeto observado. Durante muito tempo, as estatísticas de acesso ao sistema de ensino eram considerados indicadores de democratização do ensino. A partir de meados dos anos de 1980, os sociólogos e os políticos começaram a estabelecer uma distinção entre massificação e democratização, sem, contudo, resolver o problema das relações entre essas duas noções. Por outro lado, a estratificação se evidencia também nas questões relativas às culturas escolares. Numa visão impregnada por uma representação padronizada da igualdade e marcada por um caráter monocultural.

Diante desta constatação podemos destacar que na contemporaneidade se constata que um dos grandes desafios à Educação é definir um eixo central do processo curricular sem desconsiderar uma orientação multicultural às suas práticas. Como nos apontam Antonio Flavio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau, são freqüentes as indagações relativas ao aluno concreto que está presente na sala de aula: como lidar com essa criança tão “estranha”, que apresenta tantos problemas, que tem hábitos e costumes tão “diferentes” dos da criança “bem educada”? Como “adaptá-la” às normas, condutas e valores vigentes? Como ensinar-lhe os conteúdos que se encontram nos livros didáticos? Como prepará-la para os estudos posteriores? Como integrar a sua experiência de vida de modo coerente com a função específica da escola? (MOREIRA; CANDAU, 2003). Se antes a escola era vista como um espaço igualitário, atualmente se evidencia mais a constatação das diferenças sociais. O mito da ausência de desigualdades sociais na escola está cada vez mais sendo questionado e ampliam-se os debates em torno de uma justiça curricular, perspectiva que considera as especificidades e complexidade da sociedade contemporânea, assim como, questiona as relações de poder que contribuem para criar e preservar diferenças e desigualdades.

Como citamos no início da nossa aula, o exemplo da professora que acredita que não existem desigualdades na escola, modelo que impregna a Educação escolar, vai de encontro a inúmeras pesquisas feitas por educadores e sociólogos. As investigações apontam que esta visão asenta-se numa visão monocultural da Educação. Entretanto, no ambiente escolar é notória a presença dos “outros”, dos “diferentes” que buscam auto-afirmação identitárias, tais como os alunos e alunas de origem popular, afrodescendentes, imigrantes, *rappers*, *funkeiros*, dentre outros, que ao adentrarem no universo escolar desestabilizam a lógica monocultural, instituindo uma realidade multicultural (como veremos na aula 09) que tem implicado em diferentes manifestações de mal-estar, tensões e conflitos denunciados por educadores e por estudantes (MOREIRA; CANDAU, 2003).

A estratificação escolar deste modo assume diversas facetas, tais como de gênero, de orientação sexual, de etapas da vida, de regiões geográficas, de características físicas e relacionadas à aparência, de grupos culturais específicos, dentre outros. A discriminação afeta distintas dimensões: o projeto político pedagógico, o currículo explícito e o oculto, a dinâmica relacional, as atividades em sala de aula, o material didático, as comemorações e festas, a avaliação, a forma de se lidar com as questões de disciplina, a linguagem oral e escrita (as piadas, os apelidos, os provérbios populares etc.), os comportamentos não verbais (olhares, gestos etc.) e os jogos e as brincadeiras. Porém, se antes a existência da estratificação era negada, atualmente essa é evidenciada. Se antes havia a busca pela homogeneização e padronização cultural, pela preservação de uma tradição multicultural, a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas e a reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto. Por fim, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças através do combate à discriminação e ao preconceito.

CONCLUSÃO

Diante destas informações sobre estratificação, reflita caro aluno ou prezada aluna: a escola é um espaço igualitário ou de reprodução das desigualdades sociais? Duas respostas podem ser observadas em relação a esta questão. Primeiramente, muitas pessoas acreditam que as escolas identificam e selecionam os alunos com base em seu mérito e esforço individual e que o sistema educacional é uma fonte segura de mobilidade social ascendente. Nesta ótica, os melhores e mais inteligentes tendem ao sucesso acadêmico, sejam quais forem suas origens econômicas, étnicas, raciais ou religiosas. O sucesso escolar seria resultado direto do talento individual e do trabalho árduo. Essa perspectiva é componente central da

teoria funcionalista da Educação, que enfatiza o papel de treinamento das escolas, nas quais a maioria das pessoas pode ler, escrever e contar, calcular e a desempenhar outras tarefas ao bom funcionamento da sociedade. Acredito que somente uma leitura ingênua compreenderá que a Educação ministrada nas escolas estaria à parte dos processos de desigualdades estruturadas. Diferentemente dos funcionalistas, alguns sociólogos vinculados argumentam que as escolas distribuem os benefícios da Educação de forma desigual, alocando a maioria dos benefícios às crianças das classes superiores e aos grupos raciais e étnicos de *status* mais elevado. Ao invés de funcionar como um sistema que valoriza o mérito individual (meritocracia), as escolas tendem a reproduzir o sistema de estratificação geração após geração.

RESUMO

Em todas as sociedades complexas o suprimento total dos recursos valorizados é distribuído desigualmente com os indivíduos ou grupos mais privilegiados, desfrutando de um volume desproporcional de propriedade, poder ou prestígio. Deste modo, conceitua-se estratificação como sendo as desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas. Ela pode ser pensada em relação a bens e propriedades, assim como, no tocante a atributos, gênero, idade, afiliação religiosa, posto militar, dentre outros. Ao utilizar este conceito, os sociólogos e demais pesquisadores buscam descrever os processos através dos quais se faz a alocação dos indivíduos em diferentes resultados sociais e revelar os mecanismos institucionais por meio dos quais são geradas e mantidas as desigualdades sociais. O tema das desigualdades ficou ausente do primeiro período da Sociologia da Educação, iniciada por Durkheim no final do século XIX. Isto não quer dizer que os processos de produção das desigualdades sociais não estivessem no cerne das preocupações das Ciências Sociais e aos poucos não tenham causado impacto nas pesquisas no campo da Sociologia da Educação. No caso do Brasil o cenário é marcado por históricas e profundas desigualdades sócio-raciais. Os segmentos mais abastados têm Educação básica em escolas privadas e cursos pré-vestibulares que lhe garantem melhores condições para o acesso às vagas das universidades públicas, sobretudo nos cursos mais concorridos. Tais desigualdades não estão restritas ao Ensino Superior, mas se estendem desde a Educação infantil até o ensino médio. Podemos afirmar que em parte as escolas reproduzem o sistema de estratificação.





ATIVIDADES

Em outubro de 2008 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CO-NEPE) da Universidade Federal de Sergipe aprovou o Plano de Ações Afirmativas (PAAF). A proposta foi aprovada seguindo a orientação do documento original, conforme pode ser lido a seguir:

6. PROPOSTA DE PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A UFS

Em consonância com a missão proclamada pela UFS, apresentamos o Programa de Ações Afirmativas às instâncias deliberativas da Universidade Federal de Sergipe, para que sejam reafirmados os compromissos e responsabilidades sociais de uma instituição pública na promoção de valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade, e na proclamação da defesa de sua autonomia institucional.

Esta proposição expressa um processo de sistematização desenvolvido pela Comissão do Programa de Ações Afirmativas da UFS, que ponderou e considerou as contribuições dos estudos e de discussões internas e acolheu os diferentes subsídios e sugestões dos debates desencadeados no âmbito da universidade, sempre com a participação de docentes, discentes e servidores. Neste documento, entende-se por Programa de Ações Afirmativas: o conjunto de ações e procedimentos para o acesso e a permanência de alunos portadores de necessidades especiais, alunos oriundos de escola pública e alunos pardos, pretos e indígenas à universidade; a política de acesso propriamente dita, mediante o sistema de reserva de vagas para candidatos oriundos da rede pública de ensino, negros e indígenas; a política de permanência na universidade; e a política de acompanhamento do percurso na vida universitária dos alunos cotistas. Deste modo, esta proposição do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Sergipe procura expressar com contundência o comprometimento de uma instituição pública com uma agenda contemporânea, que exige responsabilidades institucionais em resposta aos cenários de desigualdades socioeconômicas e raciais que imperam na sociedade e se encontram em suas próprias fronteiras, conforme os dados fornecidos anteriormente.

6.1 Objetivos:

- Promover uma formação humana e anti-racista com impacto nos currículos das carreiras profissionais a partir de uma política de acesso, de permanência e de inserção sócio-profissional dos/as alunos/as da universidade;
- Implantar uma política pública de ação afirmativa, de inclusão de alunos oriundos da rede pública de ensino, negros e indígenas e portadores de necessidades especiais.
- Direcionar investimento público para diminuir os efeitos da discriminação racial e social no ensino superior, oportunizando o acesso e permanência na Universidade dos alunos ingressos pelo sistema de cotas;
- Contribuir para o desenvolvimento de estratégias institucionais compatíveis com os desafios criados nas IES, a partir da implantação de sistema de reserva de vagas para acesso de estudantes oriundos da rede pública de ensino, negros, indígenas e portadores de necessidades especiais.

6.2 Política de preparação para acesso aos cursos de graduação na UFS.

- Divulgar o Programa de Ações Afirmativas para acesso e permanência na UFS, na perspectiva de inclusão socioeconômica e étnico-racial no ensino superior, nas escolas e nos meios de comunicação;
- Apoiar iniciativas de extensão da UFS na área de ações afirmativas;
- Ampliar a oferta de vagas do curso pré-vestibular da UFS para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas;

6.3 Acesso aos cursos de graduação na Universidade Federal de Sergipe pelo sistema de cotas:

O sistema de acesso por cotas da UFS reserva vagas para candidatos oriundos da rede pública de ensino, negros, indígenas e portadores de necessidades especiais, com início previsto para o vestibular de 2009, prevendo uma avaliação dos procedimentos quando se formarem as primeiras turmas, após 5 anos de duração do programa, e terá no mínimo a duração de 10 anos.

Será constituída uma comissão institucional para monitorar o seu funcionamento, avaliar os seus resultados e sugerir ajustes e modificações.

Este sistema de **reserva de vagas** será delimitado e abarcará as seguintes **categorias** e procedimentos:

Cota Social: reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas totais de todos os cursos de graduação para @s candidat@s que tenham cursado integralmente o ensino médio e pelo menos quatro anos do ensino fundamental em instituições públicas estaduais e municipais de ensino. Na inscrição os candidatos que por direito o desejarem deverão optar por esta reserva e comprovar perante à CCV que realizaram tais estudos na escola pública. No caso da falta de classificados, as vagas retornam à classificação geral;

Cota étnico-racial: reserva de 70% (setenta por cento) das vagas reservadas para os alunos da Cota Social de todos os cursos de graduação para @s candidat@s que se auto-declararem pardos, negros ou indígenas, isto é, que primeiro respondam ao quesito do questionário sócio-econômico com relação à raça/cor, se definindo como pardos, negros ou indígenas e que na inscrição para o vestibular optem pela reserva de vagas étnico-raciais, condicionados a comprovação de que são oriundos da escola pública, nas mesmas condições que os optantes da Cota Social²¹. No caso da falta de classificados, as vagas retornam à classificação geral;

Acesso diferenciado para portadores de necessidades especiais: criação de uma (01) vaga por curso para portadores de necessidades educacionais especiais que indiquem sua necessidade educacional especial e que optem por esta reserva. Estes alunos realizarão prova de vestibular diferenciada, adequada as suas necessidades especiais.

Observações:

- 1) O candidato, ao inscrever-se no Concurso Vestibular, poderá optar dentre as categorias de cotas descritas acima;
- 2) O candidato oriundo de escola pública que desejar concorrer às vagas da Cota Social deverá assinalar e comprovar essa opção no ato de inscrição, estando ciente de que, se aprovado pelo sistema de cotas, deverá ainda, na ocasião da matrícula, comprovar documentalmente que fez os estudos do ensino fundamental e médio em escola pública;

3) O candidato que desejar concorrer às vagas da cota étnico-racial deverá assinalar essa opção no ato de inscrição, estando ciente de que, se classificado, poderá ser submetido à entrevista com uma comissão institucional, que decidirá se o candidato atende aos requisitos desta reserva de vagas. Lembrando que ele deve ainda submeter-se a comprovação de que fez o Ensino Médio e pelo menos quatro anos do Fundamental na rede Pública estadual ou municipal de ensino.

4) O candidato que desejar concorrer às vagas para o Vestibular e acesso diferenciado para portadores de necessidades educacionais especiais deverá assinalar essa opção no ato de inscrição, indicar a necessidade educacional especial para realização de prova específica, estando ciente de que, se racial e portadores de necessidades especiais, além de outras informações complementares que sejam necessárias para a orientação do candidato quanto às inscrições, às provas e ao registro acadêmico.

6.4 Políticas de acompanhamento e permanência dos estudantes beneficiados pelas reservas de vagas:

- Para viabilidade do programa de Acesso é necessária a criação imediata de uma Comissão Institucional de Acompanhamento e Permanência para avaliar e propor mecanismos relacionados à situação socioeconômica (bolsas de permanência, alimentação, transporte, moradia, material didático, etc), didático-pedagógica (nivelamento, recursos computacionais, redação, etc) e psicológica dos cotistas;
- Instituição de Cursos Extensão e Atividades Regulares de Eventos para alunos, professores, funcionários e a sociedade em geral, voltados para a formação e discussão sobre Políticas Públicas de Ações Afirmativas e Inclusão Socioeconômica e Étnico-Racial, que verse sobre as desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais na sociedade brasileira e seus reflexos no ensino superior e no mundo do trabalho, contextualizando o Programa de Ações Afirmativas da UFS;

6.5 Política de acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade:

- Constituir uma política de acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade, que contemple um banco de dados com informações atualizadas do aluno egresso e que possibilite avaliação da formação humana, democrática e anti-racista e seu impacto nos currículos das carreiras profissionais oferecidas pela instituição.

6.6 Ampliação de vagas e criação de cursos noturnos:

- Considerando que ações afirmativas no contexto do número atual de vagas dos cursos da UFS ainda é uma medida insuficiente diante da enorme demanda por ensino superior público, gratuito e de qualidade, sugerimos que todos os Colegiados de Curso de Graduação avaliem e contruam um esforço coletivo para as possibilidades de ampliação das vagas e a criação de turnos noturnos nos cursos existentes para ampliar as possibilidades de acesso à UFS, particularmente de trabalhadores em período integral ou parcial.

Comissão de Acesso.

Aracaju, Março de 2008.

(Fonte: Plano de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Sergipe – PAAF. São Cristóvão, 2008).

Diante deste documento responda as seguintes questões:

- 1 - Quais as principais mudanças propostas em relação aos critérios de distribuição de vagas?
- 2 - Você considera as medidas adotadas justas e imprescindíveis para amenizar as distorções sociais (estratificação)?
- 3 - Faça uma pesquisa nos sites de outras universidades brasileiras, como a UNB e a UFBA e compare as políticas de ações afirmativas adotadas.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para realização destas atividades recomendo uma leitura mais atenciosa dos dados expostos relativos ao ingresso de alunos nos vestibulares da UFS lidos por você no texto desta aula. Observe que esta política não elaborada sem uma fundamentação empírica. Recomendo também que o debate seja instituído na plataforma.



PRÓXIMA AULA

Educação e Multiculturalismo.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, p. 82-121.
- BRANDÃO, Zaira. Os jogos de escalas na sociologia da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 103, maio/ago. 2008, p. 607-620.
- BRYM, Robert J. *et al.* **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thompson, 2006.
- CHARLOT, Bernard . **O Vestibular 2006 da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão-SE: Grupo EDUCON, NPGED, UFS, 2008 (Relatório de pesquisa).
- CORCUFF, Philippe. “Das estruturas sociais às interações”. **Novas Sociologias**: construções da realidade social. Bauru-SP: EDUSC, 2001, p. 33-86.
- DA MATA, Roberto. “Indivíduos e Pessoas”. **Torre de Babel**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 51-52.
- DEROUET, Jean-Louis. A sociologia das desigualdades em educação posta à prova pela segunda explosão escolar: deslocamento dos questio-

namentos e reinício da crítica. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 21, p. 6-16, Set/Out/Nov/Dez 2002.

FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**: leitura de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1980, p. 200-214.

GIDDENS, Anthony. Classe, Estratificação e Desigualdade. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 234-253.

GRUNSKY, David B. Estratificação social. In: OUTHWRITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 1996. p. 270-273.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/jun/ago 2003, p. 156-168.

Plano de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Sergipe – PAAF. São Cristóvão, 2008.

PRESTA, Sueli Presta; ALMEIDA, Ana Maria F. Fronteiras imaginadas: experiências educativas e construção das disposições quanto ao futuro por jovens grupos populares médios. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 103, maio/ago. 2008, p. 401-424.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.